

AS INSTITUIÇÕES MONETÁRIA E BANCÁRIA DE POTOSÍ NO DECURSO DO SÉCULO XVIII.

JACIRO CAMPANTE PATRÍCIO
da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de
Marília.

Introdução.

Múltiplos fatores explicam o comportamento do complexo histórico-geográfico potosino ao longo dos Séculos XVI, XVII e XVIII. Alguns podem ser apontados como indicadores do processo histórico global, pois adicionaram, subtraíram e, posteriormente, acrescentaram energia ao referido complexo.

Quando do refluxo do capitalismo comercial europeu, notadamente no decorrer da segunda metade do Século XVII até as quatro primeiras décadas após o advento da conjuntura político-administrativa reformista Borbônica, a central mineradora potosina deixou de receber substanciais estímulos à produção argentífera, à inovação técnica relacionada com a mineração, à concentração da mão-de-obra *mitaya*, à cunhagem de moedas, sem que o minério do subsolo alto-peruano se esgotasse.

O Século XVIII marcou o fim da conjuntura político-administrativa dos Austrias de Espanha e o advento da Borbônica. Não foi uma mudança meramente dinástica. O mercantilismo espanhol, secularmente marcado pelo exclusivismo sevilhano, transformava-se, cedendo lugar às companhias de comércio e, posteriormente, ao comércio livre (1).

(1). — A Instituição do Comércio Livre e o modelo de análise histórica referente ao experimento borbônico, sob a denominação de 'mercantilismo ilustrado', encontram-se provados nas teses de Nunes Dias sobre o Caribe, Venezuela, e comprovados nas teses atinentes ao Prata e Nova Espanha. Cf. Dias (Manuel Nunes), *O Comércio Livre entre Havana e os Portos de Espanha (1778-1789)*. Ed. da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da

Os Borbons de Espanha, preocupados em resguardar o Trono, procuraram responder com medidas que haviam promovido a ascensão econômica de outras potências européias. A antiga estrutura colonial foram adicionadas certas inovações atinentes aos portos, ao tráfico, ao comércio, à administração, à produção (pela aplicação de certos instrumentos coercitivos que neutralizavam, incentivavam e diversificavam as atividades econômicas). Havia nesse afã reformista duplo propósito: reerguer a economia metropolitana e salvar o patrimônio ultramarino. Esforçava-se, portanto, em manter a Metrópole no centro do sistema colonial.

Mas o que se propõe neste trabalho é tão somente comprovar que o complexo histórico-geográfico minerador potosino, principalmente no decurso da segunda metade do Século XVIII, voltou a receber novos estímulos à transformação do minério de prata em metal. Estímulos consubstanciados no desempenho de duas instituições, uma monetária e outra bancária, localizadas na Vila Imperial de Potosí (2). O presente trabalho, entretanto, decorre de uma ampla pesquisa em andamento através da qual procuramos comprovar que as referidas instituições da central potosina, cujas congêneres européias foram importantes fatores do desenvolvimento do capitalismo moderno, apenas possibilitaram que o mundo andino alto-peruano continuasse com a sua histórica estrutura sócio-econômica pré-capitalista (3).

Universidade de São Paulo, São Paulo, 1965, 2 vols.; *O Real Consulado de Caracas (1793-1810)*, Caracas, 1971; "Movimentos de navios e mercadorias coloniais do tráfico entre Venezuela e Espanha (1793-1797)". In *Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*, São Paulo, 1971, vol. I, pp. 411-438. Garcia (Emanuel Soares da Veiga), "Buenos Aires e Cádiz. Contribuição ao Estudo do Comércio Livre (1789-1791)". In *Coleção da Revista de História*, São Paulo, 1974, nº XLVIII. Avelino (Yvone Dias), *A Prata de Veracruz na época do Comércio Livre (1778-1787)*, São Paulo, 1972 (tese mimeografada). Pugliesi (Haidée Marquifave), *A prata mexicana no circuito Atlântico (1788-1790)*, São Paulo, 1973 (tese mimeografada). Crespo (Suely Machado), "Considerações em torno da Instituição do Comércio Livre no Vice-Reinado de Nova Espanha". In *Anais de História da FFCL de Assis*, 1975, nº 7, pp. 95-118.

(2). — Há alguns trabalhos sobre as instituições monetárias e bancárias da Bolívia. Cf. Benavides (M. Julio), *Historia de los Bancos en Bolivia e Historia de la Moneda en Bolivia*. Empresa Editora Universo, La Paz, 1972. Palacio Atard (Vicente), "La incorporación del Banco de Rescate de Potosí a la Corona". In *Anuario de Estudios Americanos*, Sevilla, 1945, vol. II. Benavides preocupou-se com os problemas monetários da Bolívia em sua fase republicana, dedicando ao pujante passado colonial apenas 26 páginas com dados extraídos da obra de Cañete, escritor da centúria oitocentista, sem mencioná-lo. O estado da questão, portanto, permanece inalterado e inteiramente aberto à pesquisa.

Até certo ponto justifica-se, pela natureza da temática e os propósitos do presente trabalho, a predominância dos dados quantitativos. Estes, contudo, não excluem as avaliações qualitativas; ambos são indispensáveis à História Econômica.

Entre as provas manuscritas destacam-se as cifras extraídas dos *legajos* que se encontram guardados no *Archivo Nacional de Bolivia*, na cidade de Sucre. Elas testemunham os movimentos atinentes aos marcos de prata que os *azogueros* (proprietários e arrendatários de minas) de Potosí e de outras localidades mineradoras das terras altas andinas venderam ao *Banco de Azogueros* e ao *Real Banco de San Carlos*. E, entre as provas impressas, sobressai-se importante documento redigido na segunda metade da centúria oitocentista, qual seja, o *Guía* de Pedro Vicente Cañete y Dominguez, conselheiro e assessor de Francisco Paula Sanz, governador da Intendência de Potosí.

*

Casa Real da Moeda de Potosí.

No ano de 1773 estava concluído o monumental edifício destinado à Casa da Moeda de Potosí, iniciado em 1753 (4). A atividade mineradora, depois de experimentar uma prolongada fase de depressão, estava ascendendo graças ao estímulo dos Borbons de Espanha. Mas o fato também atesta novos bafejos do capitalismo comercial europeu que vinha superando uma fase de retraimento. O contexto era outro, outra era a conjuntura histórica. O novo edifício testemunhava novos eventos. E, nesta fase, a instituição monetária potosina que procedia do ano de 1572 foi contemporânea e partilhou a sua fun-

(3). — Estamos elaborando respostas que exemplificam concretamente e comprovam as hipóteses metodológicas que nortearam a nossa pesquisa anterior — *Os mercadores no mundo andino alto-peruano (1550-1650)*, FFCL de Marília, Marília, 1973, tese mimeografada, defendida aos 8 de maio de 1974 — porém numa outra conjuntura sócio-econômica-político-administrativa. São respostas opostas àquelas teses extremamente teóricas e generalizantes, cujos partidários continuam advogando a idéia de feudalidade contínua ou a existência precoce de estrutura capitalista na América Latina em seu decurso colonial. Outrossim, estará implícito no trabalho que anunciamos o propósito de oferecer subsídios ao modelo explicativo pertinente ao subdesenvolvimento atual da região em estudo.

(4). — O material utilizado na construção foi o mais diverso e quase todo transportado de localidades distantes: blocos de pedra dura, vigas de cedro, ladrilhos etc. O referido edifício, ainda intacto e restaurado, ocupa uma superfície correspondente a duas quadras. É de paredes maciças, belos arcos, passagens labirínticas e pátios sucessivos. Nele há cubículos previamente reservados aos negros escravos que trabalhavam nas *hornazas* de fundição.

ção com duas outras congêneres, a de Lima, reaberta em 1683, e a de Santiago do Chile, criada no ano de 1743.

A segunda Casa da Moeda de Potosí estava, não resta dúvida, melhor aparelhada para a cunhagem de moedas que a anterior (5). Contudo, ficou muito cara: 1.148.452 pesos (6). Lá na Metrópole o Monarca chegou a exclamar: o edifício deve ser de prata! Na reconstrução da Casa da Moeda de Lima houve um gasto da ordem de 78.162 pesos (7).

O resultado parcial da pesquisa em curso evidencia um certo impulso ascendente na cunhagem da moeda de prata potosina na segunda metade do Século XVIII. Constata-se que o referido impulso adquiriu maior expressividade a partir de 1753 quando teve início a interferência e controle mais acentuado, sobretudo através de um novo *Reglamento* baixado dois anos após, do poder régio borbônico nas instituições monetárias coloniais:

<i>Períodos</i>	<i>Valor em pesos</i>	<i>Média teórica anual</i>
1724-1734	16.370.335 (8)	1.636.033
1746-1750	12.016.000 (9)	3.004.000
1753-1785	111.204.307 (10)	3.475.134

Na primeira metade do Século XVIII o montante da prata cunhada na Casa da Moeda de Lima chegou a ultrapassar o montante conhecido para Potosí, não obstante o impulso chegasse a ser decrescente:

(5). — As máquinas, inteiramente de madeira, destinadas à laminação da prata, fabricadas na Espanha, encontram-se ainda no local onde foram instaladas. Eram mobilizadas sob a força animal.

(6). — Cañete y Domínguez (P. Vicente), *Guía histórica, geográfica, física, política, civil y legal del Gobierno e Intendencia de la Provincia de Potosí* (1791). Publicação, introdução e notas de Armando Alba, Editorial 'Potosí', Potosí, 1952, p. 180.

(7). — Roel Pineda (Virgílio), *Historia Social y Económica de la Colonia*. Editorial Gráfica Labor, Lima, 1970, p. 254.

(8). — *Ibidem*.

(9). — Transformamos marcos em pesos, empregando a taxa de conversão da época (1 marco: 8 pesos e 2 maravedís): 1.502.000 marcos, indicados por Roel Pineda, *op. cit.*, p. 180, transformamos em 12.016.000 pesos, omitindo a fração maravedís.

(10). — Cañete y Domínguez (P. Vicente), *Guía...*, *op. cit.*, pp. 308-309. Este importante testemunho, além de oferecer as cifras em marcos e pesos sobre a amoetagem potosina, escrevia por volta de 1779 que, não obstante oscilasse o montante da cunhagem de ano para ano (havendo ano que chegou a 581.020 marcos), "... lo regular que se experimenta un año con otro /es/ de 400 700/marcos/ poco más o menos, ...". Média anual, portanto, de 3.200.000 pesos.

<i>Períodos</i>	<i>Valor em pesos</i>	<i>Média teórica anual</i>
1724-1734	22.119.206 (11)	2.211.920
1748-1756	13.680.976 (12)	1.710.122

Segundo um *Memorial* as Casas de Lima e Potosí cunharam em moedas, no período 1761-1774, 100.667.838 pesos (13), o que possibilita estimar em 7.743.679 pesos a média teórica anual (14). Média esta que se aproxima daquela que encontramos para a Casa da Moeda do México, 7.600.000 pesos, porém atinente a um espaço cronológico bem maior, isto é, de 1536 a 1821 (15).

A Casa da Moeda de Santiago do Chile, quanto à cunhagem de moedas de prata, foi de projeção diminuta em relação à Casa de Potosí, ao menos no período 1753-1785, conforme o quadro a seguir:

<i>Casa de</i>	<i>Valor em pesos</i>	<i>Média teórica anual</i>
<i>Potosí</i>	111.204.307	3.475.134
<i>Santiago</i>	1.263.178 (16)	39.474

Embora as duas Casas cunhassem moedas de ouro, o quadro abaixo, atinente ao período 1778-1785, revela a supremacia da de Santiago:

<i>Casa de</i>	<i>Valor em pesos</i>	<i>Média teórica anual</i>
<i>Santiago</i>	5.255.212 (17)	750.744
<i>Potosí</i>	2.021.912 (18)	288.844

(11). — Roel Pineda (V.), *op. cit.*, p. 254.

(12). — Transformamos os 1.710.122 marcos de prata indicados por Pineda, *op. cit.*, p. 254, em pesos, desprezando a fração maravedís da operação de conversão.

(13). — Memorial do Vice-Rei Manuel de Amat y Juniet, segundo Roel Pineda, *op. cit.*, p. 255.

(14). — O leitor saberá avaliar o caráter relativo de uma média teórica. Um lago com profundidade média de 20 centímetros pode apresentar trechos com mais de 2 metros de profundidade.

(15). — Humboldt (Alexander von), *Ensayo Político sobre el Reino de la Nueva España*. México, 1958. Para este viajante foram cunhados quase 2.166.000.000 pesos em moedas de prata (2.082.000.000), ouro (69.000.000) e cobre.

(16). — Romano (Ruggiero), *Una economia colonial: Chile en el Siglo XVIII*. Editorial Universitaria de Buenos Aires, Buenos Aires, 1965, gráfico III da p. 15. Da importante série elaborada pelo Autor somamos apenas as cifras correspondentes ao período 1753-1758: 1.263.178 pesos.

(17). — Da série de Romano, *op. cit.*, p. 15, selecionamos e somamos aquelas pertinentes ao período 1778-1785: 5.255.212 pesos.

(18). — Cañete y Domínguez (Pedro Vicente), *Guía...*, *cit.*, pp. 308-309. Segundo este testemunho foram transformados em moedas de ouro 14.867 marcos, o que importava em 1.904.725 pesos e 16 maravedís (cada marco de ouro era cotado a 136 pesos) que, somados a uma sobra anterior de 117.186 pesos, 7 reais e 18 maravedís, chegava àquela soma global de 2.021.912 pesos,

Esta superioridade está em coerência com a atividade aurífera chilena que teve início no Século XVI (19). A média pertinente a Santiago supera também aquela que encontramos para o México, 242.105 pesos transformados em moedas de ouro.

A reserva, *giro* ou fundo em moedas em disponibilidade para a compra do metal chegou a ser mais expressiva, entre 1776 a 1781, na instituição monetária da Nova Espanha (20):

<i>Casa da Moeda</i>	<i>Fundo monetário em pesos</i>
<i>México</i>	1.559.000
<i>Potosí</i>	800.000
<i>Lima</i>	400.000

Nos Séculos XVI e XVII foi expressiva a evasão do metal argentífero em barra e amoadado (21). Não se pode afirmar que no Século XVIII houve alterações substanciais. A evasão de moedas foi inerente à reconquista econômica do Mundo Andino Alto-Peruano.

*

A Evasão da Moeda Colonial.

A Europa Ocidental depois de passar por uma depressão, marcante sobretudo entre 1650 e 1680, caminhou a passos largos e descontínuos rumo à recuperação econômica e à retomada vigorosa da expansão comercial ultramarina.

O Século XVIII foi revolucionário em múltiplos aspectos: agrícola, demográfico, industrial, comercial e ideológico. Outrossim, não obstante as variações periódicas a curto prazo, também caracterizou-se, de modo geral e relativamente regular, por um aumento dos preços a longo prazo (22).

Mas não se pode excluir deste conjunto de eventos importantes algumas ocorrências do final da centúria anterior. O declínio, por exemplo, no preço dos metais, acionou o interesse no reaproveitamen-

(19). — Algumas cifras da produção aurífera encontram-se em Jara (Alvaro), *Guerre et Société au Chili*. Institut des Hautes Études de L'Amérique Latine, Université de Paris, Paris, 1961.

(20). — Cañete y Domínguez (Pedro Vicente), *Guia...*, cit., pp. 184-185. Em Potosí, a partir de 15 de agosto de 1753, quando teve início a compra da prata por conta exclusiva do erário régio para a amoeção, o fundo era de 200.000 pesos.

(21). — Patricio (Jaciro Campante), *Os mercadores...*, cit., no II vol., dedicado à amoeção potosina, estudamos os mecanismos da evasão acentuada da moeda.

(22). — Vilar (Pierre), *Oro y Moneda en la História (1450-1920)*. Editorial Ariel, S. A., Barcelona, 1974, pp. 269-429.

to das antigas minas e a descoberta de outras no Continente Americano. Por outro lado algumas reformas conduziram a Europa Ocidental a uma estabilidade monetária bem sucedida. Pode-se tomar como exemplificação concreta a reforma monetária espanhola de 1686, embora o fenômeno ocorresse também na Holanda, Inglaterra, França e outras regiões da Europa Ocidental.

Na Espanha da segunda metade do Século XVII, particularmente no Reino de Castela, a depreciação da moeda circulante chegou a um nível alarmante pelo predomínio, na cunhagem, da moeda de *vellón*, isto é, de cobre. Através desta política inflacionária, pretendia-se estabilizar os preços nominais e evitar a evasão da prata procedente do Continente Americano, que chegava em quantidades decrescentes. O resultado não foi o desejado. A prata escoava-se enquanto que o preço do cobre elevava-se na Europa. Os preços nominais manifestavam-se descompassados em relação à curva dos preços expressos em prata. Tal como ocorrera com a prata em outros tempos, particulares refundiam as moedas de cobre para a comercialização do metal. Multiplicavam-se os *informes* reivindicando solução para a crise.

Afinal o que já se praticava em Valência e Cataluña foi repetido em Castela. Promoveu-se uma deflação com a retirada do *vellón* em circulação. E, em 1686, o real de prata, unidade monetária, foi lançado em circulação com valor legal ligeiramente inferior (20%) à quantidade de prata que continha. Esta nova e fracionária moeda não seria exportada (23). Vencida a crise decorrente da reforma (24) a Espanha caminhou para a estabilidade e a uniformidade das moedas em circulação. Outrossim, manifestou-se certa tendência progressiva no aumento dos preços. Ela preparava-se para aproximar-se e desfrutar da conjuntura internacional oitocentista marcada por uma nova expansão do capitalismo europeu.

Estes eventos da política monetária metropolitana auxiliam na compreensão da evasão da moeda colonial no decurso do Século XVIII. Pela reforma, confirmada pelos Borbons, a nova moeda metropolitana, denominada *plata provincial*, devia circular entre fron-

(23). — *Idem, op. cit.*, pp. 329-339, ainda do mesmo Autor, *Crecimiento y desarrollo*. Editorial Ariel, S. A., Barcelona, 1964, p. 229. Morgan (E. Victor), *Historia del dinero*, Ediciones Istmo, Madrid, 1972, pp. 367-381.

(24). — A retirada de milhões de quilos de cobre deixou a gente humilde sem condições para obter a moeda boa; os devedores tiveram que saldar dívidas contraídas com moedas que valiam o dobro. V. Vilar (Pierre), *Oro y moneda...*, *cit.*, pp. 336-337.

teiras, na condição de meio de pagamento interno. A moeda colonial, denominada *plata nacional*, de valor legal correspondente a 20% superior à congênera metropolitana, era destinada às transações internacionais (25).

Assim, as instituições monetárias hispano-americanas no decurso do Século XVIII, não obstante os propósitos fomentistas dos Borbons de Espanha, continuaram cumprindo missão exteriorizante.

Os funcionários da instituição monetária potosina deixavam de cunhar moedas miúdas ou fracionárias na quantidade determinada por lei. No Século XVII comprovamos a mesma política: predomínio percentual — nunca inferior a 70% — na cunhagem de moedas de oito reais sobre as de menor valor. E, paralelo ao embarque oficial, os mercadores — agentes do capitalismo europeu —, que atuavam sobretudo no Prata, tinham grande responsabilidade na evasão da moeda potosina de apreciável teor metálico.

Apesar da existência de uma Casa melhor aparelhada para a cunhagem, a escassez de moedas foi uma constante na histórica central argentífera potosina. O argumento apontado com muita propriedade por um testemunho em 1567 continuava válido em plena conjuntura do “mercantilismo ilustrado” borbônico:

“... *acá nunca sube la plata, sino mercaderías, y por ellas llevan la plata*” (26).

(25). — Esta realidade não foi modificada com a *Ordenanza* de 1728, a qual determinava que a Casa da Moeda de Potosí cunhasse moedas de 11 *dineiros justos* e que ... *se sacase de cada marco de plata amoedada, 68 reales en lugar de los 67 que antes producía, guardándose el real de aumento a disposición del Rey*... Cf. Cañete y Domínguez (Pedro Vicente), *Guía*..., cit., p. 166. Estes dados ensejam certo esclarecimento. A “lei” da prata pura ou sua pureza absoluta era especificada em 1.000 milésimos, subdivididos em 12 dinheiros; um dinheiro, 83.333 milésimos, subdividido em 24 grãos de 3.472 milésimos cada unidade. Portanto, a moeda de prata potosina, de lei de 11 dinheiros e 4 grãos, devia conter em seu peso total 930,55 milésimos de prata e 69,45 milésimos restantes representados pela liga de um ou mais metais comuns. A “lei” era empregada para indicar o teor da prata em uma liga. Considerava-se a massa da liga dividida em 12 partes iguais e o número de “leis” expressava o número de partes de prata pura. A “lei” de uma barra de metal branco era de 11 dinheiros quando 11 partes eram de prata e uma parte de liga.

Até junho de 1728, de cada marco de prata (232 gr.) cunhavam-se 67 *reales* em moedas de “lei” de 11 dinheiros e 4 grãos; pela nova *Ordenanza*, deviam cunhar 68 *reales* em moedas de lei de 11 dinheiros justos (916,66 milésimos). Uma cédula de 1786 abaixou a “lei” da moeda para 10 dinheiros e 20 grãos (902,77 milésimos de prata pura).

(26). — Matienzo (Juan de), *Gobierno del Perú* (1567). Édition et Étude préliminaire par Guillermo Lohmann Villena, Inst. Français d'Études Andines, Paris-Lima, 1967, p. 260,

O fomento à mineração, propiciado pelos Borbons, não anulou os mecanismos da evasão comandados pelo capitalismo comercial europeu sob novos arranques. Por volta de 1789, um assessor do Intendente de Potosí, preocupado com a evasão de riquezas, principalmente em forma amoedada, registrava que a escassez de moeda fracionária na cidade chegava a uma situação tal que uma pessoa, para trocar um peso em reais *sencillos*, às vezes, andava de pulperia em pulperia por uma hora (27).

A moeda potosina devia reunir-se àquelas de outras procedências embarcadas no porto de Callao, com destino à Espanha dos Borbons. Mas o porto de Buenos Aires, além de ter desempenhado o papel anterior de porta clandestina para a saída da prata, transformou-se em nova presa do capitalismo europeu e escoadouro oficial da moeda potosina:

Anos	Prata em pesos	Ouro em pesos
1789	960.852	60.933
1790	925.726	23.857
1791	876.595	19.833
1796	2.556.304	1.425.701 (28)

Segundo um Vice-Rei do Perú, no período de 1761-1774, a maior percentagem das moedas cunhadas em Potosí e Lima, perfazendo um total de 100.667.838 pesos, foi exportada para a Espanha e várias localidades americanas, permanecendo exígua quantidade de 265.853 pesos (0,2%) nas sedes monetárias, como se vê no quadro abaixo (29):

Destinação	Valor em pesos	%
Espanha	67.401.985	67
Buenos Aires	15.000.000	15
Equador (Quito e Guayaquil)	10.000.000	10
Panamá	4.200.000	4
Chile (Valdívia etc.)	2.800.000	2
Outras localidades	1.000.000	1

(27). — Cañete y Domínguez (Pedro Vicente), *Guia...*, *cit.*, p. 195.

(28). — Garcia (E. Soares da Veiga), *op. cit.*, pp. 62-64, apurou as cifras pertinentes aos anos de 1789, 1790 e 1891. Kossok (Manfred), *El Virreinato del Rio de la Plata. Su estructura económica-social*. Editorial La Pleyade, Buenos Aires, 1972, nota 29 da p. 77, indica as cifras pertinentes ao ano de 1796.

(29). — Dados deixados pelo Vice-Rei Manuel de Amat y Juniet em seu *Memorial*, segundo Roel Pineda, Virgílio, *op. cit.*, p. 255. Para Cañete y Domínguez (Pedro Vicente), *Guia...*, *cit.*, p. 288, de 1773 a 21 de outubro de 1787, na Casa de Potosí foram cunhados em moedas de 2 reales 2.356.270 pesos, dos quais, ao final do último ano em questão, apenas 1.000 pesos em moedas fracionárias circulavam na cidade.

A moeda colonial americana depois de desembarcada na Europa Ocidental era conduzida às Casas da Moeda da Espanha, Portugal, Holanda, Inglaterra, França etc. Recunhada ou transformada em barras ou lingotes, ia alimentar substancialmente os depósitos das instituições bancárias. Ela contribuiu para que os Bancos se transformassem em autênticos instrumentos do capitalismo europeu. De bancos de depósito e de câmbio transitaram para bancos de crédito. Os recibos de depósito bancário entravam em circulação, passando de mão-em-mão como moeda corrente. É difícil compreender as transformações econômicas da Europa Ocidental oitocentista, excluindo-se o metal de procedência americana. Outrossim, até mesmo as grandes rivalidades franco-inglesas estiveram intimamente associadas à captura do ouro por parte da Inglaterra e da prata pela França.

As instituições bancárias de Potosí não tiveram igual projeção e evolução histórica. Entretanto são importantes precursoras da história do crédito na América Latina.

*

As Instituições Bancárias de Potosí.

No Mundo Andino Alto-Peruano, a *tienda* de um mercador de prata, ao longo de duas centúrias, foi uma unidade mercantil complexa: armazém receptor, local de estocagem e de expedição de metais, agência monetária e casa de câmbio, agência “bancária” para o financiamento e fomento da mineração (30).

Na centúria oitocentista aquelas embrionárias agências bancárias cederam lugar às primeiras instituições bancárias da América Latina.

Sob a atmosfera das idéias reformistas dos Borbons de Espanha, os mineiros proprietários de minas ou simplesmente arrendatários, conhecidos pelos contemporâneos e denominados na documentação da época como *azogueros*, organizaram uma *compañía* mercantil, ou melhor, uma sociedade mineradora, através da qual esperavam dispor de recursos pra cobrir os gastos com ferramentas, mercúrio, cobre, ferro, madeira, couro, sebo e outros apetrechos utilizados no interior das minas, no transporte do minério, nos engenhos hidráulicos e na transformação química do minério de prata em metal. Outrossim, pretendiam contar com fundos para

“... *lucrar para sí las utilidades que perciben los Mercaderes de Plata*” (31).

(30). — Comprovamos os fatos indicados em nossa pesquisa anterior, *Os Mercadores...*, cit., vol. II.

(31). — Cañete y Domínguez (Pedro Vicente), *Guia...*, cit., p. 127.

Com a devida aquiescência dos representantes dos Borbons de Espanha, a *compañía*, que também deveria *rescatar* metais, depois de esboçada em projeto, escriturada em cartório, foi aprovada em 1747 pelo Vice-Rei do Perú, D. José Antônio Manso de Velasco, Conde de Superunda.

No espaço de 4 anos, apesar do fundo ficar sob chaves, a sociedade chegou às portas da falência, com a *quiebra* que alcançou 175.207 pesos, deixando em má situação judicial três mercadores e seus fiadores, que haviam recebido parte daquele fundo mediante o compromisso de devolvê-lo com juros (32).

A Metrópole “ilustrada”, contudo, procurou, mais uma vez, socorrer os *azogueros*, conforme o novo modelo de dominação colonial. Assim, os associados, mesmo estando a companhia às portas da falência, receberam o sinal verde para a fundação do *Banco de Azogueros*.

Após a realização de uma assembléia dos mineiros, uma Cédula Real de 1752 reconhecia o direito de funcionamento da instituição alto-peruana que nascia sob detalhado Regulamento.

Sob exemplar administração inicial o fundo do Banco floresceu, financiando os mineiros. De cada marco de prata comprado ou *rescatado*, 4 reais eram incorporados ao fundo bancário. A esta altura, supõe-se, os mercadores de prata perdiam a exclusividade, desfrutada secularmente, na intermediação ou no acesso à Casa da Moeda de Potosí, pois a organização bancária vendia, diretamente, barras ou arriéis de prata àquela instituição monetária (33).

O fundo bancário que era de 817.141 pesos em 1776 chegou a 915.461 pesos em 1779. Patrimônio este representado pela prata amoedada e em lingotes, quintais de ferro de Viscaya e de mercúrio, ambos metais introduzidos na região através do porto de Buenos Aires. Outrossim, é importante observar que parte do fundo bancário foi utilizado para a defesa do Prata que corria o risco de transformar-se em “colônia” da Colônia do Sacramento. O poder metropolitano recorreu ao *fondo* subtraindo 400.000 pesos que foram re-

(32). — Patrício (Jaciro Campante), “Potosí: Central Argentífera, Monetária e Geradora de Documentos”. In *Revista de História*, São Paulo, 1975, nº 104, pp. 895 e segs. Prosseguimos a pesquisa sobre a referida instituição, a partir da documentação que microfilmamos no Arquivo da Casa da Moeda de Potosí e no Arquivo Nacional da Bolívia.

(33). — Todavia alguns *mercadores de plata* ainda dispunham da oportunidade de encaminhar ao Banco as *piñas* de prata que compravam nas minas distantes de Potosí.

metidos a Buenos Aires para custear a expedição militar, coroada de sucesso, sob o mando do Capitão D. Pedro Antônio de Cevallos, contra os portugueses que contavam com o apóio dos ingleses (34).

Entretanto, a boa administração cedeu lugar à má, entremeada de corrupções, intrigas e *abusivas liberalidades* daqueles que *se reputaban dueños privativos de todo el fondo*. Apresentando dívidas de 353.226 pesos, o *Banco de Azogueros* também chegou às portas da falência (35).

A nossa pesquisa em andamento (36) já permite a elaboração de um quadro (37) — fundamentado nos dados quantificados, ordenados em série contínua, subdividida cronologicamente em quinquênios — que comprova o movimento atinente aos marcos e onças de prata que os mineiros de Potosí venderam ao *Banco de Azogueros* (38):

<i>Quinquênios</i>	<i>Marcos e Onças</i>
1754-1755	193.906 1
1756-1760	620.682 4
1761-1765	689.777 3
1766-1770	764.790 0
1771-1775	789.199 4
1776-1779	622.562 4

No quarto de século em apreço, 1754-1779, a soma das cifras arroladas acusa exatamente 3.680.562 marcos de prata que os mineiros de Potosí venderam ao Banco. A referida quantidade pode

(34). — Com o objetivo de preparar a expedição contra os portugueses, as autoridades já vinham aplicando uma sobretaxa de 1 3/4 a 1.1/2% sobre a prata e o ouro exportados pelo porto de Buenos Aires.

(35). — Cañete y Domínguez (Pedro Vicente), *Guia...*, cit., pp. 131-132.

(36). — O presente trabalho é uma antecipação parcial de um programa mais amplo de nossa pesquisa em andamento sobre a economia e as instituições econômicas do Mundo Andino Alto-Peruano no decurso do Século XVIII.

(37). — Cf. ao final deste trabalho a Tabela I elaborada a partir dos dados quantificados. Entretanto, reservamos à próxima publicação a representação gráfica da série obtida e o traçado da curva que evidencia as flutuações e o estudo de seus ritmos.

(38). — ANB. Col. Ruch, doc. nº 37: "*Razón de los marcos de plata vendidos por los azogueros de Potosí en el Banco desde que se establecio este en el año de 752 con el título de Real Compañía, comprendiendo esta razón solamente desde 15 de mayo de 1754 por haberse sustraído los libros de los años anteriores (segun consta de autos) hasta 8 de agosto de 1779 en que lo incorporó á la Real Corona el Sör D. Jorge de Escobedo, denominandole Real Banco de San Carlos, estando de Gobernador de esta Villa*".

ser convertida em 29.444.496 pesos, o que permite ainda estimar a média teórica anual em 1.177.779 pesos. Portanto, podemos deduzir que o Banco estava comprando apenas uma fração da prata produzida no espaço geográfico do Mundo Andino Alto-Peruano e amoedada anualmente na Casa da Moeda. Nesta instituição, já sabemos, cunhava-se, em média, pouco mais de 3.200.000 pesos no ano.

Após a *quiebra* comprovada, tiveram início as primeiras gestões para a incorporação da instituição bancária ao patrimônio régio, o que se concretizou oficialmente pelo Decreto de 21 de junho de 1779. E, assim, nasceu o *Real Banco de San Carlos*. O nome atribuído à instituição era uma homenagem a Carlos III, o monarca mais representativo do *mercantilismo ilustrado* espanhol.

Sob um circunstanciado Regulamento (39), a nova instituição bancária borbônica entrou em atividade, sendo ministrada por um tesoureiro, um contador e outros funcionários remunerados pelo poder metropolitano.

O *Real Banco de San Carlos* recebeu um patrimônio estimado em 1.070.846 pesos representados por instrumentos relacionados com o ensaio do metal, eixos de madeira utilizados nos engenhos dos *azogueros*, *almadanetas*, ferro, mercúrio registrado e contabilizado em dinheiro como dívida dos mineiros etc. (40).

O novo Regulamento disciplinava o funcionamento, a administração e o auxílio que o Banco deveria proporcionar aos *azogueros* de Potosí e aos demais mineiros que exploravam outras minas, argentíferas e auríferas, espalhadas no espaço geográfico do Mundo Andino Alto-Peruano.

O valor inicial do fundo foi fixado em 200.000 pesos. O capital de giro semanal, em poder do tesoureiro, era de 70.000 pesos. Quantia esta destinada à compra do metal em barras, *barretones*, *planchas*, *piñas*, *piñones*, *pellas*, *vajillas* e outros objetos de prata. O preço pago por marco dependia do valor intrínseco e extrínseco das

(39). — Circunstanciado *Reglamento* de 1780, subdividido em 14 Títulos minuciosos, disciplinava o funcionamento, a administração e o auxílio que o Banco deveria proporcionar aos proprietários e arrendatários de minas.

(40). — Foram arrolados ao inventário geral: 647.195 pesos em nome da *Real Hacienda*, ao *Gremio de Azogueros* 272.463 pesos, em dinheiro efetivo na caixa 268.851 pesos e, como perda, dada a impossibilidade da cobrança, 151.186 pesos.

barras ou peças (41). Da prata comprada, de 1 a meio real por marco entrava para o fundo bancário.

A prata comprada na semana circulava do Real Banco para a *Real Caja* e desta para a Real Casa da Moeda. As operações eram escrituradas em livros específicos e expediam-se *libranzas* ou ordens de pagamento com data, nome do vendedor, o valor em marcos e em pesos. No sábado a instituição monetária remetia o dinheiro à instituição bancária, que realizava as operações de compra do metal principalmente no domingo.

A folha de pagamento atinente ao quadro progressivo de funcionários aumentou de 6.791, 13.494, para 16.994 pesos ao ano por volta de 1789.

O Banco financiava a compra do mercúrio (42), material necessário aos engenhos como *almadanetas* de cobre e ferro importado (43), rodas e eixos de madeira (44), carvão, lenha e ainda contribuía com o salário pago aos naturais que restauravam antigas galeiras ou abriam novas.

O *azoguero* carente de recursos podia elaborar um *informe*, apresentar fiador e solicitar um empréstimo. O limite máximo chegou a ser fixado em 1.000 pesos por *cada cabeza de ingenio* que o solicitante possuía ou arrendava. O empréstimo, quando aprovado, era liberado no mês de janeiro e devia ser liquidado ao término do ano.

Desde o início da primeira metade do Século XVIII o *Gremio dos Azogueros* de Potosí vinha manifestando a necessidade da cons-

(41). — O preço chegou a oscilar de 6 pesos e 4 reais a 7 pesos e 4 reais. Numa barra de 180 marcos de prata de alto teor metálico, o Banco chegava a obter 29 e meio maravedís de *ganancia líquida*. A *Ordenanza* 1^o, Título 5, fixava o que se descontava de cada marco de prata comprado, o Título 7 estabelecia o valor do fundo, outro Título indicava o capital do giro semanal para a compra do metal.

(42). — Aos *azogueros* de Potosí 300 libras ao ano, 200 aos mineiros de outras localidades e 100 aos *ckacchas* (pessoas que obtinham o minério nas minas alheias, roubo tolerado por longa data). Os preços oficiais que apuramos, relacionados com a venda do produto, por quintal, em Potosí, foram os seguintes: 84 pesos em 1576, 82 em 1580, 85 em 1589, 70 em 1630, 64 em 1631, 58 em 1645, 97 em 1655, 102 em 1774, 99 em 1779 (deixando de indicar a fração real). Cf. Patrício (Jaciro Campante), *Os Mercadores...*, cit., vol. I, pp. 100-102 e respectivas notas. De abril de 1784 até junho de 1787, 60 pesos o quintal; de junho de 1787 em diante, 71 pesos, tanto para o mercúrio procedente da Espanha (Almadén), Alemanha e Huancavelica.

(43). — Havia almádenas de ferro que chegavam a pesar 12 arrobas.

(44). — Em decorrência da escassez de madeira nas adjacências, a manutenção dos engenhos que trituravam o minério continuou dispendiosa no Século XVIII: eixos chegavam a custar 100 pesos e uma roda 1.000 pesos.

trução de um *socavón* ou galeria para dar vazão à água que inundava importantes minas. Havia interesse, portanto, em recuperá-las. Por volta de 1768 o Banco de Azogueros iniciou o financiamento da obra, mas coube ao Real Banco de San Carlos o maior empenho e a liberação de recursos para o prosseguimento. O quadro abaixo demonstra o montante em pesos, atribuído ao fundo bancário, aplicado na obra (45):

<i>Anos</i>	<i>Gastos em pesos</i>
1780	19.384
1781	17.808
1782	15.146
1783	18.879
1784	17.073

Os gastos já estavam em 177.694 pesos quando uma comissão de técnicos em mineração procedente da Alemanha, sob a direção do Barão Tadeo von Nordenflicht, condenou a obra em construção. Os alemães optaram pelo reaproveitamento de um antigo *socavón*. Por volta de 1783 a perfuração já chegava a 1.200 varas e os gastos elevavam-se a 382.477 pesos sem resultado prático. Uma decepção para os mineiros e moradores potosinos! Estes nutriam a esperança de que o *Socavón Real do Cerro Rico*, além de promover a drenagem das minas, iria proporcionar a descoberta de uma *cepa de riquezas que tanto necesitan para remedio de las urgencias de la Corona* (46).

Ao que tudo indica os *azogueros* potosinos do Século XVIII, embora pretendessem, através do atuante *gremio* e seus *diputados*, desfrutar da faculdade privada para manipular com exclusividade o fundo bancário, não se realizaram economicamente como os mineiros das centúrias anteriores. Havia minério no subsolo, do exterior chegavam novos estímulos (47), houve aumento da produção argentífera (48) que alimentava o fundo bancário e este financiava novos investimentos.

(45). — Cañete y Domínguez (Pedro Vicente), *Guía...*, *cit.*, p. 135.

(46). — *Idem*, pp. 730-731. Sobre o Barão Tadeo von Nordenflicht, v. indicações em Hanke (Lewis), *La Villa Imperial de Potosí. Un capítulo inédito en la historia del Nuevo Mundo*. Universidad de San Francisco Xavier, Sucre, 1954, pp. 48-49.

(47). — Em 1779 foi fundada em Potosí uma Academia de Metalurgia com o propósito de oferecer melhor formação técnica aos mineiros.

(48). — É o que vamos comprovar em nosso próximo trabalho, a partir da série contínua referente às cifras da prata apresentada para ser dizimada nas *Reales Cajas* de Potosí, 1736 a 1786. Além do histórico "cerro" potosino, outros "cerros" espalhados no espaço das terras altas andinas também contribuíam para a retomada no aumento da produção.

A nossa pesquisa em andamento já permite a elaboração de um quadro (49), cujas cifras apuradas comprovam o movimento atinente aos marcos e onças de prata que os mineiros de Potosí (*azogueros*, *trapicheros* e *ckacchas*) e de outras regiões argentíferas venderam ao *Real Banco de San Carlos* (50):

<i>Quinquênios</i>	<i>Marcos e Onças</i>
1779-1780	555.870 4
1781-1785	1.868.782 0
1786-1790	1.871.435 1
1791-1795	1.957.196 1
1796-1800	1.893.774 1
1801-1805	1.397.222 3
1806-1810	1.517.589 1
1811-1815	1.104.534 1/2
1816-1820	794.413 7 1/2
1821-1825	782.942 7

No decurso do Século XVIII a transformação do minério em metal e este em moedas continuou excessivamente caro em Potosí, não obstante o expressivo montante de prata adquirida pelo Banco. A madeira era escassa, o mercúrio e o ferro eram importados. O cobre adicionado à prata e ao ouro para a cunhagem de moedas, embora procedesse das terras andinas, era vendido a 40 pesos o quintal (51).

Por outro lado havia *azogueros* que, sendo financiados com 4.000 ou 6.000 pesos, aplicavam apenas 1.000 na atividade mineiradora. Endividavam-se. Transferiam suas *libranzas* ou ordens de pagamento do Banco para os credores e não embolsavam sequer um peso.

O *Real Banco de San Carlos* contribuiu para que os mercadores de prata perdessem o prestígio de banqueiros particulares que de longa data vinham financiando os *azogueros* e demais mineiros das terras altas andinas em seus apuros econômicos. Mas esta afirmação, contudo, deve ser limitada no espaço.

(49). — Cf. ao final deste trabalho a Tabela II elaborada a partir dos dados quantificados. Em outro trabalho faremos o estudo detalhado das flutuações conjunturais.

(50). — ANB. Col. Ruch, doc. nº 37: "*Razón de los marcos de plata comprados en el Real Banco, desde 9 de agosto de 1779 en que se incorporó á la Real Corona...*".

(51). — O cobre também era utilizado no revestimento de algumas almadenas.

O Banco auxiliava os proprietários ou arrendatários das minas do Cerro Rico de Potosí, Porco, Chichas, Lipez, Ubina, Oruro, Aullagas, Siporo e outras cuja rentabilidade era comprovada. Aqueles que exploravam as minas de fraca produção, sobretudo distantes da central potosina, não participavam do *Gremio de Azogueros* (52). Enfrentavam terrível círculo vicioso: não tinham o que oferecer em garantia, não se lhes outorgava crédito porque eram pobres e a pobreza derivada da falta de crédito. Nestas circunstâncias recorriam aos mercadores de prata ou *aviadores* particulares. Estes adquiriam o mercúrio junto ao armazém real por 60 pesos o quintal e o revendiam obtendo lucro de 50 a 100%. Outrossim, compravam uma variedade de gêneros para tornar a vendê-los a prazo aos proprietários e arrendatários de minas e *trapiches*. Exigiam fiadores e o pagamento em barras de prata que convergiam para o Banco.

Assim, aos mercadores de prata ainda restava a oportunidade de negociar

“... en los minerales de afuera con el rescate de piñas, en cuanto a estar obligados de asentar en sus libros y poner razón de la plata que recibieren de cualquiera dueño de minas e ingenios, para que llevándola a fundir y cambiar al Banco, manifiesten la razón de las piñas que son de cuenta de los dueños de ingenios donde se beneficiaron, o de la suya...” (53).

Portanto, eles perdiam prestígio econômico-financeiro junto aos *azogueros* (54), sem que a Metrópole cassasse oficialmente seus poderes mercantis, desfrutados com peculiar exclusividade nos Séculos XVI e XVII.

Os *azogueros* conseguiram, ao que tudo indica, libertar-se do crédito e da usura dos *mercaderes de plata*. Mas a alta maré argen-

(52). — O *Gremio de Azogueros* procedia do Século XVII, reconhecido pela *Provisión* de 20 de fevereiro de 1611. Bem distante de Potosí, em Tarapacá, havia a mina de Guantajaia, cuja produção, por volta de 1786, era de 500.000 pesos.

(53). — Cañete y Domínguez (Pedro Vicente), *Guía...*, cit., p. 144.

(54). — Em Potosí reservava-se a expressão *azogueros* aos mais importantes proprietários de minas e engenhos, nunca aos administradores e aos trabalhadores. Além dos *azogueros* e *arrenderos* de minas e engenhos, havia os *trapicheros*, proprietários dos *trapiches* ou moinhos de menor capacidade trituradora do minério. Predominavam na extração e transporte do minério os índios e mestiços, alguns dos quais conhecidos como *ckacchas* (praticavam o roubo tolerado) e os *pucheros* (mineiros que extraíam de 4 a 5 marcos de prata por semana e mandavam beneficiar).

tífera potosina não conseguiu reproduzir algumas das cifras tão expressivas quanto aquelas do final do Século XVI (55).

A conjuntura político-administrativa era outra. Os Borbons de Espanha desejavam sobretudo reerguer a economia metropolitana. Não sofriam de amnésia histórica. Sabiam que o tesouro potosino havia alimentado a ambição desmedida dos Áustrias.

A operação creditícia autorizada, dirigida e estruturada pelos Borbons, tanto na Nova Espanha como no Alto-Perú, implicava numa ética econômica unilateral e vantajosa à Metrópole nos termos das relações capitalistas oitocentistas.

Quando da fundação, na Metrópole, do *Banco de San Carlos* (1782), os depósitos das *Cajas de Comunidades Indígenas* da Nova Espanha foram adicionados ao capital inicial da referida instituição que deveria monopolizar o tráfico das moedas coloniais que chegavam ao porto de Cádiz. Segundo um testemunho do México, por volta de 1785 mais de 400 *pueblos* indígenas já haviam subscrito 1.343 ações totalizando 134.300 pesos, contribuição esta elevada, posteriormente, para 230.500 pesos. Entretanto, a promessa de restituição para fomentar o crédito agrícola junto àquelas comunidades não aconteceu. Na Metrópole, porém, a referida instituição emitiu vales bancários para a realização de obras públicas, como a abertura de canais de irrigação em Aragão (56).

Ao final da centúria oitocentista, à medida que se aproximavam os anos marcados pelo processo de independência, os documentos que estamos examinando possibilitam comprovar: forte evasão da prata e do ouro, endividamento dos *azogueros*, acentuada decadência urbano-demográfica da central potosina enquanto que as instituições monetárias e bancária reservavam ao poder metropolitano borbônico expressivos tributos.

(55). — A 'produção' argentífera do Peru, segundo as cifras pertinentes ao quinto conhecido, alcançou a sua maior expressividade em 1598, 13.633.794 pesos; de toda a prata registrada na *Caja Real* de Potosí, a cifra mais expressiva ocorreu em 1591, 7.538.159 pesos; por volta de 1786 o Peru 'produzia', segundo as *cartas-cuentas* pertinentes ao quinto, menos de 11.500.000 pesos, enquanto que a "produção" do consagrado *cerro* de Potosí era estimada em 1.500.000 pesos. É preciso reconhecer que anônimas minas e outras pouco estudadas (Guantajaja, Oruro, Pasco etc.) ofereciam o metal que possibilitava à Real Casa da Moeda de Potosí manter uma cunhagem anual superior a 3.200.000 pesos.

(56). — Hernandez (Octavio A.), *Esquema de la Economía Mexicana, hasta antes de la Revolución*. Compañía Editorial Continental, S. A., México, 1961, p. 67. O testemunho mencionado foi Felipe de Zúñiga y Ontiveros, o qual registrou os fatos referidos em seu trabalho oitocentista: *Estado General de los Pueblos comprendidos en la extensión del Virreynato de México, que impusieron sus caudales en el Banco Nacional de San Carlos, México, 1788*.

As somas anuais atinentes ao fisco real, atuante em Potosí, não acusam nenhum decréscimo crítico entre 1791 a 1805, conforme demonstramos no quadro abaixo (57):

<i>Anos</i>	<i>Pesos</i>	<i>Anos</i>	<i>Pesos</i>
1791	359.800	1798	373.675
1792	369.464	1799	369.129
1793	371.245	1800	358.832
1794	377.130	1801	318.405
1795	391.009	1802	186.852
1796	370.296	1804	310.773
1797	357.215	1805	295.774

Os *azogueros*, poderosos membros da oligarquia mineira do Mundo Andino Alto-Peruano, vassalos dos Borbons de Espanha e das forças capitalistas européias que promoviam a evasão de riquezas, durante o processo de independência enfrentaram um difícil dilema: fidelidade ao renovado colonialismo honrando dívidas contraídas ou adesão à causa crioula como meio para o não pagamento das dívidas.

O dilema agora é nosso, pois ainda não podemos oferecer uma resposta satisfatória a este problema inteiramente aberto a esta pesquisa em andamento.

Após o longo e caótico processo de independência, no cenário político balcanizado hispano-americano, despontava a Bolívia como nação, a partir de 1825. A Real Casa da Moeda passou nominalmente a ser Nacional. E assim prosseguiu sua função como instituição monetária sujeita a outras vicissitudes. O Real Banco de São Carlos cedeu lugar, em 1826, às *Oficinas de Rescate*. Estas, um ano após, transformaram-se no *Banco de Rescate*, cuja existência prolongada no tempo dependeu do auxílio que oferecia e recebia dos mineiros bolivianos.

* * *

(57). — ACNMP. Cajas Reales. Libro de informes a la Intendencia. Leg. nº 875, fls. 85 e segs.

TABELA I.

MARCOS E ONÇAS DE PRATA QUE OS MINEIROS DE POTOSI
VENDERAM AO BANCO DE "AZOQUEROS".

ANOS	MARCOS E ONÇAS
1752	— —
1753	—
1754 (1)	76.568 6
1755	117.337 3
	193.906 1
1756	128.325 7
1757	126.897 4
1758	124.327 2
1759	123.808 2
1760	117.323 5
	620.682 4
1761	122.531 6
1762	128.148 6
1763	145.448 —
1764	144.094 5
1765	149.554 2
	689.777 3
1766	147.802 1
1767	158.883 7
1768	156.958 5
1769	150.398 6
1770	150.746 5
	764.790 0
1771	165.203 1
1772	161.297 7
1773	153.014 1
1774	157.033 5
1775	152.650 6
	789.199 4
1776	164.055 1
1777	180.569 7
1778	176.972 3
1779 (2)	100.965 1
	622.562 4

(1). — a partir de 15 de mayo do ano de 1754.

(2). — desde o início do ano de 1779 até 8 de agosto.

TABELA II.

MARCOS E ONÇAS DE PRATA QUE O REAL BANCO DE SAN CARLOS
COMPROU DOS MINEIROS (AZOQUEROS, TRAPICHEROS E
CKRCCHAS) DE POTOSÍ E OUTRAS REGIÕES
ARGENTIFERAS.

ANOS	MARCOS E ONÇAS
1779	141.102 1
1780	414.768 3
	555.870 4
1781	335.848 5
1782	363.682 3
1783	416.676 4
1784	387.034 5
1785	365.539 7
	1.868.782 0
1786	345.497 2
1787	406.900 —
1788	396.191 5
1789	349.562 3
1790	373.283 7
	1.871.435 1
1791	383.910 5
1792	392.893 6
1793	385.170 7
1794	391.195 4
1795	404.025 3
	1.957.196 1
1796	383.386 —
1797	369.371 5
1798	387.229 2
1799	382.370 6
1800	371.416 4
	1.893.774 1
1801	331.807 4
1802	194.335 5
1803	242.209 3
1804	320.699 4
1805	308.170 3
	1.397.222 3

1806	295.712	6
1807	307.919	5
1808	296.932	4
1809	305.315	2
1810	311.709	—
	1.517.589	1
1811	338.034	2
1812	240.640	7
1813	221.455	1 1/2
1814	237.156	6
1815	67.347	—
	1.104.534	0 1/2
1816	187.014	6 1/2
1817	176.305	2
1818	153.563	5 1/2
1819	145.096	5 1/2
1820	132.433	4
	794.413	7 1/2
1821	138.909	2
1822	161.032	7
1823	166.952	4
1824	169.178	—
1825	146.870	2
	782.942	7